

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PEDRO HENRIQUE BARBOSA FELIX

MARIA SÍMBOLO DA MÃE DIVINA:
Uma análise do arquétipo da deusa no catolicismo

São Paulo – SP

2017

PEDRO HENRIQUE BARBOSA FELIX

MARIA SÍMBOLO DA MÃE DIVINA:

Uma análise do arquétipo da deusa no catolicismo

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Ciências da Religião, orientada pelo Professor Doutor Wagner Lopes Sanchez.

São Paulo – SP

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PEDRO HENRIQUE BARBOSA FELIX

MARIA SÍMBOLO DA MÃE DIVINA:
Uma análise do arquétipo da deusa no catolicismo

Monografia apresentada em _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez (PUCSP) – Orientador

AVALIADOR 1 (PUCSP)

AVALIADOR 2 (PUCSP)

DEDICATÓRIA

À deusa que me guia nessa vida e me ensina a vivenciar os mistérios de Deus, minha mãe Vera.

AGRADECIMENTO

Aos professores do curso de Ciências da Religião que, pelo alto grau de conhecimento e comprometimento demonstrados em sala de aula, me trouxeram enorme aprendizado.

E em especial, ao Professor Wagner pela orientação extremamente paciente e cuidadosa.

RESUMO

A presente monografia é um levantamento bibliográfico que procura analisar a figura de Maria para além de uma compreensão estritamente teológica, através dos pressupostos da Psicologia Analítica e de autores que tratam de questões mitológicas. Sendo inegável a importância da Virgem Maria para todos os católicos, com cultos de devoção espalhados por todo o mundo, aborda-se a personagem bíblica Maria como uma imagem arquetípica da Grande Mãe, em semelhança a diversas deusas pagãs da antiguidade. A partir desta contextualização, Maria é compreendida sobre dois aspectos: o maternal, como aquela que intercede por seus devotos junto a Deus; e o de gênero, que simboliza a manifestação do feminino para os seus devotos. Esta pesquisa também aponta o ganho psicológico da religião católica ao adotar uma personagem feminina para veneração.

Palavras-Chave: Deusa, Religião, Catolicismo, Maria, Psicologia Analítica.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1. A veneração mariana.....	13
1.1 A mitologia cristã.....	13
1.2 A função de Maria no catolicismo.....	15
Capítulo 2. O arquétipo da deusa.....	18
2.1 A religião como função psíquica.....	18
2.2 O Inconsciente Coletivo e suas implicações nas religiões.....	19
2.3 As funções do mito e da deusa.....	24
Capítulo 3. A construção simbólica de Maria como uma divindade.....	30
Considerações Finais.....	38
Referências Bibliográficas.....	44

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a história da humanidade, podemos observar que a religião sempre fez parte de seu desenvolvimento, buscando explicações para os fenômenos da natureza e ao delimitar o que seria ético e moral em uma adequada conduta humana. Estudiosos da filosofia, teologia e psicologia apontam para esse grande poder de influência que uma crença religiosa exerce sobre os homens, sendo inegável a compreensão do fenômeno para uma melhor qualidade de vida social e psíquica.

O catolicismo, tendo como base o cristianismo, é uma das grandes religiões do mundo e possui em sua estrutura mitológica a veneração a Nossa Senhora. Utilizam-se dessa figura materna como intercessora de seus desejos perante a divindade máxima masculina que é Deus, tendo nessa “Mãe de Deus” uma fonte de misericórdia para com os seus pecados, em contraste com outras religiões que ligam o fiel direto ao pai, ao juiz último. Sendo assim, analisar a função simbólica dessa figura irá, além de enriquecer os estudos no campo da Ciência da Religião, possibilitar aos católicos uma nova relação de devoção que passa, não só pela questão teológica, mas também psicológica.

A presente monografia tem por objeto analisar a figura de Maria como um símbolo mitológico e identificar características que possam compreendê-la como uma divindade feminina,¹ dentro do catolicismo. Pretendemos apresentar: a) uma visão pouco trabalhada entre os católicos, possibilitando uma compreensão de Maria não apenas como uma figura histórica, mas também na sua função simbólica e psicológica, além de descrever como Jung compreende o arquétipo da deusa presente nas mais diversas religiões; b) a função de Maria dentro do catolicismo e a maneira como é tratada pelos seus devotos; c) identificar elementos presentes em Maria que possam classificá-la como uma representação do arquétipo da deusa.

Para Marilena Chauí (2010, p. 253), a religião é uma das atividades culturais mais antigas da humanidade, surgindo junto com os primeiros lampejos de consciência do homem e é um vínculo entre o que é sagrado e profano ou sobrenatural e natural.

Apesar da religião católica estar pautada em um regime patriarcal, tendo na figura de Deus o pai e criador de todas as coisas, observa-se a presença de práticas religiosas dentro do catolicismo dirigidas para Maria manifestando a veneração a Nossa Senhora, sendo inegável o grande número de igrejas e cultos espalhados pelo mundo para adorar a “Mãe de Deus”. De

¹ A expressão “divindade feminina” utilizada nesta monografia refere-se a um conceito da Psicologia Analítica.

acordo com Tomita (1996, p. 57), Maria, a Virgem Mãe de Jesus Cristo e de todos os católicos, encanta não somente aos seus devotos, mas também a todos os que reconhecem nessa figura, traços peculiares da mãe zelosa, intercessora e misericordiosa, um símbolo materno semelhante a muitas outras divindades femininas, presentes nas mais diversas mitologias religiosas. Ao analisarmos o catolicismo observamos essa readequação simbólica da deusa, pois a figura de Maria ao longo dos anos foi se adaptando às diferentes culturas e assumiu diversas denominações, como Nossa Senhora Aparecida, no Brasil, Nossa Senhora de Guadalupe, no México, Nossa Senhora de Fátima, em Portugal, etc.

Conforme Cipolini (2010, p. 38), o Deus Pai católico assume características autoritárias que, por vezes, configuram-se como terríveis e despertam o medo em seus devotos. Jesus, o filho, surge como aquele que carrega o sofrimento e o Espírito Santo quase não se manifesta. Maria surge ao lado dessa Santíssima Trindade como a divindade infalível, poderosa e misericordiosa que intercede por todos aqueles que lhe rogam ajuda, um papel claro da mãe ideal, sendo esses os motivos que fazem da Nossa Senhora um símbolo de grande veneração.

Não é por acaso que a figura primária no desenvolvimento de todo o ser humano seja a Mãe, já que é dela que advêm os primeiros cuidados, o primeiro contato com o mundo fora do ventre, ou seja, o mundo real de fato. Conceitos básicos que descrevem a mãe se repetem em diferentes culturas, consolidando o entendimento real desse símbolo, tais como o de cuidadora, zelosa, carinhosa, compreensiva, misericordiosa, amorosa e também aquela que intercede a qualquer custo pela felicidade do filho, características muitas vezes tidas como divinas (LOBO, 2008, p. 72).

Segundo Rocha (2005, p. 54), ao analisarmos a história da religião católica e do judaísmo que a antecedeu, constatamos que a devoção a uma divindade feminina nem sempre ocorreu, e por muito tempo direcionou-se unicamente à figura masculina a devoção de seus fiéis. Pela Bíblia Sagrada, escritura máxima do catolicismo, observamos uma clara dominação do masculino sobre o feminino. Entretanto, no Novo Testamento a inclusão da Virgem Maria na mitologia Cristã fez com que o feminino ganhasse algum destaque e tivesse alguma de suas representantes ocupando um papel como a “Mãe de Deus”, mas somente com o desenvolvimento da tradição católica através dos Concílios é que Maria realmente ascendeu em importância.

A crença na divindade feminina como a figura da “Grande Mãe” existiu em diferentes culturas primitivas, tendo hoje a sua retomada na religião católica. A história conta que os primeiros homens passaram a viver em comunidades como forma de sobreviver ao mundo

inexplorável e selvagem, encontrando no convívio social as garantias de sua integridade física e até mesmo psicológica, aliando-se a outros homens de pensamentos semelhantes e estabelecendo uma cultura. Cada cultura se constitui a partir do ambiente em que uma comunidade está inserida. Desta forma, povos que viviam do cultivo da terra, da agricultura especificamente, encontraram nesse ambiente os elementos para simbolizar suas crenças. Povos primitivos que sobreviviam a partir dos frutos germinados da terra, atribuíram a este elemento a extensão da vontade do divino, ou seja, a manifestação do divino no mundo material, em prol da existência e sustento dos homens. Assim como a mulher gera um novo ser, por possuir o dom da fertilidade, a terra era considerada a genitora de tudo o que existe no mundo, compreendido como sendo a “Grande Mãe” ou a “Grande deusa”. Outras observações da natureza vieram a ser simbolicamente representadas também como sendo a expansão de outras divindades, no entanto, a “Grande Mãe” era a percussora de toda a divindade, a mãe de todos os deuses também. A exemplo, pode-se relatar a cultura do antigo Egito, onde Nut, a deusa da noite, gerou todo o panteão egípcio, uma cultura agrícola que se desenvolveu numa região desértica, mas altamente favorável à plantação por estar às margens do Rio Nilo. Outro exemplo acontece na antiga cultura grega, que personificou sua devoção à deusa em Gaia, também genitora de deuses e deusas. Todas essas religiões cultuavam suas divindades através da encenação de mitos e da representação artística desses símbolos, o que hoje observamos acontecer nas procissões, romarias e demais ritos em nome de Nossa Senhora (CAMPBELL, 2012).

Em algumas regiões, certos povos primitivos não desenvolveram uma cultura agrícola tão enraizada, tendo como objeto principal de sua sobrevivência a atividade de caça, por ocasião de comunidades desenvolvidas em ambientes mais selvagens e em contato direto com grandes animais predadores. Esses povos admiravam virtudes mais viris tais como a força e a coragem, pois são esses sentimentos que lhe assegurariam a sobrevivência no ambiente inóspito, virtudes que são associadas à figura masculina e que, não por acaso, era a extensão do divino representado na figura de animais ferozes ou de grandes caçadores. Com o desenvolvimento intelectual dessa cultura de caça, as atividades de pastoreio foram surgindo, pois, o homem encontrou a forma de domar e gerenciar sua caça, não dependendo somente das arriscadas aventuras de buscar o alimento. A partir de então o homem começa a se deslocar pelo mundo, explorando novos ambientes e ao se deparar com outras comunidades, outras culturas, surgem guerras para conquistar novos territórios. É provável que os homens guerreiros de culturas caçadoras subjugaram os povos que viviam da agricultura, já que estes não desenvolveram

habilidades de luta. A cultura patriarcal se sobrepõe à matriarcal com toda sua mitologia cosmológica, tendo a figura do masculino como divindade suprema e o feminino como divindade secundária. Esses fatos históricos são observados, principalmente, no Oriente Médio com a ascensão dos deuses guerreiros: Zeus, na mitologia grega, e Jeová, na mitologia hebraica. A espada e a força substituíram a fertilidade (CAMPBELL, 2012).

A figura da deusa ressurgiu com grande importância através da religião católica na figura da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo. Durante o império de Constantino, por volta de 312 d.c., o povo romano procurou seguir os preceitos religiosos de seu imperador recém convertido ao Cristianismo, e foi então que muitos dos rituais, templos e representações simbólicas das religiões pagãs, tais como o culto à Ísis, uma divindade feminina da cultura egípcia ou Ártemis da mitologia grega que possuía uma mesma representação como Diana para os romanos, foram se incorporando ao que hoje conhecemos como religião católica. Como exemplo desse sincretismo religioso, podemos observar na figura 1 uma tradicional imagem de Maria com Jesus no colo, pintada por Leonardo da Vinci e, ao lado, recordamos uma antiga imagem da deusa Ísis com seu filho Hórus no colo, estátua postada inicialmente em um templo construído por Calígula, imperador de Roma em 40 d.c. (CAMPBELL, 2012).

Figura 1 - Ísis alimentando Horus aprox. III a.c x Madonna Litta. Leonardo da Vinci. 1490



Fonte: <https://hav120151.wordpress.com/2015/10/06/analise-iconografica-do-egito-antigo-e-novo-analise-novo-egito-nos-dias-atuais/>

Neste contexto a abordagem da psicologia analítica encontra vastíssimo campo para inserir alguns de seus conceitos e identificar como é o funcionamento do dinamismo psíquico, principalmente quanto aos arquétipos da “Grande Mãe” e da “deusa”. Segundo Nise da Silveira (2007, p. 64), o inconsciente coletivo formulado por Carl Gustav Jung corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique comuns a todos os

homens que são constituídos pelos arquétipos que são as matrizes arcaicas herdadas das gerações anteriores. É a base psíquica comum a todos.

Através de pesquisa bibliográfica estabeleceremos um paralelo entre a figura de “Nossa Senhora” e a influência dos arquétipos da “Grande Mãe” e da “deusa” nos católicos. Para tanto, far-se-á uma seleção das obras e textos de Jung e outros autores que também se utilizam dos mesmos pressupostos da psicologia analítica, seguindo da análise e interpretação dos conteúdos obtidos. Serão pesquisados artigos nas bases de dados CAPES, Google Acadêmico e SciElo, usando as seguintes palavras-chave: Maria, divindade feminina, deusa, religião, catolicismo, arquétipo, nossa senhora, virgem maria, mariologia, Santíssima Trindade, mitologia cristã e psicologia analítica.

CAPÍTULO 1: A VENERAÇÃO MARIANA

1.1 A MITOLOGIA CRISTÃ

O cristianismo é hoje a maior religião de todo o globo terrestre, com seguidores espalhados por todos os continentes e subdividido em várias vertentes religiosas com particularidades de culto e interpretação das escrituras sagradas, mas mantendo sempre em sua estrutura básica os ensinamentos de Jesus Cristo, conforme podemos observar nas denominações católicas e evangélicas, por exemplo (BLAINEY, 2012, p. 8).

Jesus é inegavelmente a pessoa mais conhecida de todo o mundo, quer seja entre os personagens vivos ou não, históricos ou simbólicos, pois é a partir dele, das suas histórias contadas na Bíblia, que a religião cristã se desenvolve. Depois de transcorridos mais de dois mil anos do seu nascimento, suas ideias e pregações continuam influenciando diversas culturas e estruturando o modo ocidental de pensar. Para compreender toda a mitologia cristã é necessário primeiramente analisar a herança cultural presente no Messias de Nazaré (BLAINEY, 2012, p. 8).

Blainey (2012, p. 9) relata que em 63 a.c. os romanos, no auge de seu império, invadiram a Palestina e impuseram os seus costumes e tradições, mas permitiram que as crenças religiosas e algumas tradições culturais judaicas fossem mantidas na região, desde que o povo pagasse os tributos ao imperador. Os seguidores do judaísmo mantiveram sua cultura monoteísta, mesmo sob a influência politeísta de alguns romanos que viviam também na Palestina. Foi em meio a esse cenário, por volta de 6 a.C., que Jesus nasceu.

A história do povo judeu é marcada por disputas de territórios e peregrinações. Depositando sua fé em um Deus único, justo e poderoso, acreditavam que um dia encontrariam a terra prometida e conseguiriam a paz definitiva. Na religião judaica Deus era perfeito, mas a humanidade era falha, podendo optar pelo caminho do bem ou do mal, e somente conseguiria a salvação aqueles que seguissem as leis divinas. O termo “pecado” era comumente empregado para descrever o ato de contrariar à vontade de Deus, não apenas nas questões morais, mas também nas regras de conduta difundidas por Moisés, conforme podemos constatar nos livros do Antigo Testamento (BLAINEY, 2012, p. 10).

Ao contrário do que muitos podiam dizer os judeus não se consideravam um povo injustiçado, pois acreditavam que tudo o que acontecia com eles era pela vontade de Deus. Tudo o que acontecia na terra era através da justiça perfeita de Deus, tanto nas recompensas divinas prestadas aos bons devotos quanto às punições impostas aos desobedientes que não se arrependessem, pois, a vingança d'Ele também era implacável (BLAINEY, 2012, p. 11).

Jesus era judeu e, apesar de não sabermos ao certo onde ele nasceu, tem-se que ele viveu na região que conhecemos hoje por Palestina. Toda a cultura judaica foi absorvida por ele e mesmo que na sua fase adulta tenha reformulado algumas das ideias religiosas presentes em sua época, assumiu e seguiu quase que toda a tradição (BLAINEY, 2012, p. 13).

Na cultura daquela época acreditava-se que quando surgia no céu uma estrela muito brilhante era o indicativo de que algo importante estava para acontecer. O poeta romano Virgílio contou que o fundador de Roma foi guiado por uma estrela até o ponto onde a cidade se desenvolveu. Mais tarde o nascimento do fundador do cristianismo viria a ser retratado com a mesma alegoria (BLAINEY, 2012, p. 12).

Os pais de Jesus foram José e Maria que, desde muito cedo, ensinaram ao filho as práticas judias, frequentando sinagogas e proporcionando o contato com as escrituras do Antigo Testamento. Diferentemente do que ocorria com as crianças da época, Jesus aprendeu a ler e a escrever. O menino Jesus tinha tanta vontade de aprender que por várias vezes se encontrava em meio aos mestres nas sinagogas para ouvir e fazer perguntas sobre as escrituras sagradas (BLAINEY, 2012, p. 13).

Jesus adquiriu um grande conhecimento sobre a religião judaica e seu povo, aprendendo sobre os reis, profetas e guerreiros famosos do Antigo Testamento. O contato com as outras pessoas da região desenvolveu nele opiniões críticas acerca da presença dos romanos em suas terras. As opiniões religiosas e políticas de Jesus acabaram por atrair pessoas que compartilhavam de suas ideias e que logo começaram a segui-lo (BLAINEY, 2012, p.13).

Jesus quis estender os ensinamentos das antigas escrituras sagradas para os chamados gentios, todas aquelas pessoas que não integravam o povo judeu. Apoiado em textos bíblicos que proclamavam o amor ao próximo, assim como descrito no Antigo Testamento, mais especificamente no Livro dos Levíticos: “Ama o teu próximo como a ti mesmo”, Jesus procurava difundir um amor coletivo, para além do círculo judaico (BLAINEY, 2012, p. 19).

A maioria das pessoas que passaram a seguir Jesus pertencia às classes sociais mais pobres. Eram frequentemente aqueles que moravam em casa mais simples, agricultores de baixa produção, humildes mercadores com seus animais de transporte; e também os que levavam uma

vida fora dos preceitos judaicos e que eram rejeitados pelos sacerdotes. Muitas mulheres também se afeiçoaram aos ensinamentos de Jesus e ficaram famosas em passagens importantes das histórias bíblicas. Em uma época em que a mulher não possuía grande destaque na Palestina o acolhimento de Jesus era inspirador, mesmo que contrário aos pensamentos daqueles judeus mais tradicionais (BLAINEY, 2012, p. 21).

Em muitos episódios das escrituras sagradas Jesus atacou as práticas da época e despertou a ira de pessoas influentes, sendo que um dos casos mais significativos ocorreu no mercado junto ao templo erguido por Herodes. O templo construído por Herodes, mesmo que não concluído, era ainda maior do que o famoso templo de Salomão e atraía milhares de judeus vindos de pontos distantes para realizarem os seus rituais, sendo o motivador para o crescimento da economia de Jerusalém (BLAINEY, 2012, p. 23).

Era uma prática comum na época o comércio de animais dentre outros utensílios para a prática dos rituais de sacrifício que os judeus realizavam no interior do templo e essa tradição incomodou Jesus que percebeu estar havendo ali um foco maior no comércio do que na própria intenção de adoração a Deus. Irritado e querendo chocar realmente os presentes, Jesus derrubou e quebrou as tendas e mercadorias dos vendedores. Atitudes como essa incomodavam muito os líderes religiosos e políticos da época (BLAINEY, 2012, p. 23).

A Palestina era uma região conturbada e por isso as autoridades do tempo de Jesus acreditavam que Jesus era um risco em potencial. Apesar de inocente, Jesus parecia estar conformado com o seu destino de morrer para que o plano de Deus fosse cumprido. A crucificação era destinada àqueles que não pertenciam ao Império Romano e quando a intenção era passar uma mensagem de advertência, e foi exatamente essa a punição imposta a Jesus (BLAINEY, 2012, p. 24).

Logo após sua morte, Jesus teria aparecido para algumas pessoas e então a história de que ele havia ressuscitado começou a se espalhar. Apesar de improvável a continuação do grupo após a morte de seu líder, os ensinamentos de Cristo se espalharam cada vez mais, dando origem a maior religião do mundo (BLAINEY, 2012, p. 30).

1.2 A FUNÇÃO DE MARIA NO CATOLICISMO

Todas as religiões baseadas no cristianismo reconhecem Maria como personagem especial, é aquela que foi escolhida por Deus, porém, nas escrituras sagradas não encontramos qualquer culto dirigido a ela. Referindo-se ao Novo Testamento, o autor diz que não há evidências de que Maria deva ser venerada, mas que ela era uma adoradora de Deus como todos os outros apóstolos ou seguidores de Jesus, sem qualquer superioridade espiritual ou traço divino (ROCHA, 2005, p. 55).

Segundo Blainey (2012, p. 109), a religião cristã possui figuras masculinas como sendo os personagens principais de sua crença, tais como Deus, Cristo, os doze apóstolos e aquele que exercem os ministérios na Igreja. Contudo, valoriza algumas virtudes que são mais femininas do que masculinas, a exemplo a humildade e a caridade. Isso se deve ao fato da grande influência de religiões pagãs que adoravam divindades femininas pertencerem à mesma região geográfica no Oriente Médio.

Conforme Blainey (2012, p. 109), o catolicismo cedeu e, em 431 d.c. o Concílio de Éfeso concedeu o título de “Mãe de Deus” à Maria, tornando-a, desse modo, um dos personagens principais da religião. Maria ganhou um dia festivo para ser adorada, mas os dogmas de sua concepção pura e imaculada demoraram doze séculos para ocorrer. O século 12 foi de grande importância para a veneração mariana, pois a oração “Ave Maria” tornou-se muito popular na Europa, surgindo o hábito das igrejas católicas tocarem os sinos três vezes ao dia para lembrar aos católicos de rezarem-na. Na “Canção de Salomão”, do Antigo Testamento, os padres e monges perceberam a expressão simbólica do amor de Maria por Jesus e por isso, nas orações, ela se tornou a intermediária preferida dos católicos para chegarem até Deus, o pai. A partir dessa crescente veneração mariana, no final do século 15 muitas igrejas em honra a Nossa Senhora foram erguidas no rio Tâmis, da nascente ao estuário, e seu nome foi se espalhando.

Rocha (2005, p. 56) afirma que apesar de não haver suporte nas escrituras bíblicas para o culto de veneração a Maria, os católicos seguem quatro principais dogmas marianos promulgados pelo papado católico: dogma da maternidade divina - o Concílio de Éfeso, em 431 d. c., estabelece esse dogma e confere a Maria o título de “Mãe de Deus”. Com esse título Maria não ocupa a função de Jesus como mediadora da relação entre os homens e Deus, mas como intermediadora entre Cristo e a humanidade; dogma da perpétua virgindade - em 553 d.c., como resultado do Concílio de Constantinopla, os católicos passaram a atestar que Maria manteve-se virgem por toda sua vida, mesmo antes, durante e após dar à luz o Cristo; dogma da imaculada concepção - o Papa Pio IX, através da Bula “*Ineffabilis*”, atesta que Jesus não poderia ter nascido de uma mulher pecadora e, sendo assim, Maria deveria ser isenta do pecado original

cometido por Adão e Eva no início da criação, do qual todos estão sujeitos até o fim dos dias; e dogma da assunção corporal - promulgado pelo Papa Pio XII, em 1950, esse dogma diz que Maria não morreu, mas que foi levada ao céu em corpo e alma, e que está ao lado Jesus aguardando o dia do julgamento final.

Rocha (2005, p. 60) prossegue dizendo que o Papa João Paulo II, através de sua luta para enaltecer a igreja no mundo contemporâneo, visitou diversos templos de veneração a Maria em diferentes pontos do mundo, tais como Guadalupe no México, Black Madonna na Polônia, Knock na Irlanda, entre outros. Nas suas viagens o foco das pregações do Papa estava direcionado ao papel da mulher perante a igreja, na necessidade de fortalecimento da família e na castidade, porém, a soberania de Deus continuava inabalável e, como uma religião patriarcal que é, o catolicismo reforçou o domínio masculino sobre a mulher, pois, Maria – a mãe é tida como um ser divino, mas Deus – o pai é “mais divino ainda”. Apesar de ascender no panteão cristão, Maria continua sendo um símbolo da mulher que se submete a Deus.

Cipolini (2010, p. 38) diz que o processo de evangelização cristão é pautado no medo, pois, Deus é um pai autoritário que pune suas criaturas quando se desviam do caminho correto; Jesus é aquele que representa o sacrifício porque foi morto na cruz para salvar a humanidade; e o Espírito Santo encontra-se quase ausente. Nessa religião marcada pela dominância masculina, os fiéis recorrem de imediato à confiável Grande Mãe Maria, amorosa, piedosa, poderosa e infalível intercessora que media a relação da criatura com o criador. Os devotos reconhecem a importância de Jesus e o admiram, mas é com Maria que eles têm maior intimidade. Devido a essa evangelização deficiente, foi necessário enaltecer Maria para que o povo aceitasse mais facilmente a mensagem cristã. Cipolini vai mais longe e defende que no mundo violento em que vivemos a Virgem de Nazaré não é somente a personificação do amor na evangelização, mas a personificação da própria igreja católica.

Para Tomita (1996, p. 63) o culto à Maria está mais relacionado à sua condição materna do que a de mulher especificamente. No entanto, a compreensão de sua maternidade deve estar além da questão biológica de reprodução, mas baseada numa função social de justiça, apaziguamento e solidariedade entre homens e mulheres, de todas as raças e culturas.

CAPÍTULO 2: O ARQUÉTIPO DA DEUSA

2.1 A RELIGIÃO COMO FUNÇÃO PSÍQUICA

Para compreender a religião a partir de uma análise psicológica, faz-se necessário, primeiramente, delimitar as diferenças entre os termos “religião” e “religiosidade”. Nesta monografia, o termo religião está correlacionado ao termo instituição, pois se refere a um conjunto de regras e crenças adotadas por uma comunidade para descrever a experiência com o sagrado; e em relação à religiosidade, emprega-se o termo para descrever uma característica ou tendência do indivíduo em aderir a uma determinada religião ou integrar-se às suas próprias convicções do sagrado (DALGARRONDO, 2008).

Chauí (2010, p. 380) esclarece que a religião possui a função de explicar as coisas do mundo, apontando respostas para as causas e efeitos da natureza, as relações entre os seres, os valores morais e também para as práticas políticas que regem a sociedade. A partir dela se estabelece uma visão de mundo única, tornando-se uma tradição que orienta as ações e destino de todos os membros de uma comunidade.

Religião é a observação consciente e atenta do “*numinoso*”, ou seja, a conscientização de algo transcendental, de causa alheia à vontade humana, do contato com o dito sagrado. O “*numinoso*” pode ser o atributo de algo visível ou da consequência da presença de algo invisível, mas que cause uma modificação especial na consciência, despertando uma emoção indescritível de mistério e estremecimento. Ao traduzir a palavra “religião” ao sentido de “tornar a ligar” (*re e ligare*), Jung faz referência ao estado psíquico em que o consciente busca se religar a certos poderosos fatores do inconsciente para que sejam tomados em consideração, tais como o Self que é o centro ordenador de todo o psiquismo. Basicamente todas as religiões são consequências do encontro de conteúdos inconscientes com a consciência, a partir de sonhos, visões, delírios ou êxtases, que se tornam encarnados em símbolos de deuses, demônios, espíritos, monstros, anjos, etc. (JUNG, 2011).

Todas as religiões são válidas porque são formas diferentes de religar as instâncias psíquicas independente de constatação material dos fenômenos que a regem. O psicólogo para analisar um fenômeno religioso deve despreocupar-se da verdade constatada através de um

dado físico, pois há verdades psíquicas que não podem ser demonstradas ou comprovadas materialmente, mas que, mesmo assim, são explicações irrecusáveis (JUNG, 2011).

O conceito de religião é algo inventado pelos homens para protegê-los da própria experiência religiosa. Lidar com o transcendental, com o mistério, com algo muito poderoso que habita nosso psiquismo e que escapa à compreensão real, é realmente assustador e por isso faz-se necessário a elaboração de mitologias para apaziguar a consciência (CAMPBELL, 2012).

As religiões se comunicam com os povos através de seus símbolos e desde épocas primitivas até os dias de hoje são, sem dúvida, determinantes na vida do homem. Jung estudou os símbolos de todas as religiões orientais e ocidentais, mas dedicou especial atenção ao cristianismo por se tratar da crença mais difundida em todo o globo terrestre (SILVEIRA, 2007, p. 128).

Segundo Silveira (2007, p. 125), Jung compreende a religiosidade como sendo um fenômeno psíquico de caráter natural e inerente à condição humana, podendo ser classificada como instintiva e universal, sendo encontrada desde épocas primitivas aos dias atuais, seja em qualquer tribo, cultura ou sociedade. Sobre esse assunto, Jung e Freud possuem divergências de opiniões. Para Jung a religiosidade é um fenômeno inato; e para Freud ela é uma das multifacetadas expressões do instinto sexual como consequência da relação paterna.

Como toda função psíquica, a religiosidade também pode ser desenvolvida e cultivada, ou até mesmo ser rejeitada ou distorcida, o que ocasionaria uma redistribuição de energia psíquica para outros campos simbólicos. Ao invés de adoração a figuras divinas, o homem pode passar a adorar outros objetos, como bens materiais, sexo, poder político, ciência, etc. (SILVEIRA, 2007, p. 127).

2.2 O INCONSCIENTE COLETIVO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELIGIÕES

Filho de pastor protestante, o suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) desde pequeno esteve ligado aos processos religiosos do protestantismo que despertaram sua curiosidade acerca da figura enigmática de Deus e os dogmas difundidos pela sua igreja. Aos 25 anos de idade se forma em medicina e inicia sua carreira no hospital Burgholzli de Zurique, ao lado de um dos grandes psiquiatras de todos os tempos, o Dr. Eugen Bleuler. Jung teve uma carreira brilhante,

e em 1902 assumiu o cargo de primeiro assistente de Bleuer e já defendia sua tese de doutorado intitulada: “Psicologia e patologia dos fenômenos ditos ocultos” (SILVEIRA, 2007, p. 11).

Em 1905, após conhecer os trabalhos acerca do inconsciente realizados pelo neurologista Sigmund Freud, Jung parte em viagem a Viena para encontrar-se com o famoso estudioso. A afinidade entre os dois surge rapidamente, discutem sobre a formulação teórica do inconsciente e logo Freud percebe no jovem Jung o homem adequado para conduzir os trabalhos da psicanálise. Em 1910 é fundada a Associação Psicanalítica Internacional e Jung é eleito como seu presidente (SILVEIRA, 2007, p. 13).

A relação entre Jung e Freud começa a estremecer quando Jung publica o livro: “Metamorfoses e símbolos da libido”, explicitando as divergências teóricas entre os dois estudiosos. A união não dura muito e os dois resolvem se separar, Freud prossegue com o desenvolvimento da Psicanálise e Jung com a elaboração da Psicologia Analítica (SILVEIRA, 2007, p. 15).

A Psicologia Analítica é um campo vasto de conhecimento sobre o psiquismo e muitas das ideias propostas por Jung são fundamentais para compreender os fenômenos religiosos observados nas mais diferentes culturas. Conceitos como inconsciente coletivo e arquétipos tiram o véu que cobre toda a mística da experiência religiosa (SILVEIRA, 2007, p. 125).

A seguir, faz-se uma síntese dos principais conceitos da Psicologia Analítica que auxiliam na compreensão da deusa.

Complexos

Termo criado por Jung para denominar certos agrupamentos de conteúdos psíquicos com alta carga afetiva que são provenientes de algo conflitivo e que não foi assimilado ainda. Possui existência autônoma dentro do aparelho psíquico, estabelecendo associações com outros elementos que possuam carga afetiva semelhante. Os complexos podem ocupar o inconsciente sem gerar maiores perturbações para o indivíduo, ou tornarem-se grandes geradores de mal-estar quando canalizam muita energia psíquica para si. Utilizando-se das próprias palavras de Jung, eles podem ser comparados a infecções ou tumores malignos que se desenvolvem sem qualquer participação da consciência. Contudo, não são necessariamente patológicos, pois podem ser caracterizados como estímulos para uma realização pessoal maior, já que o indivíduo precisará aumentar esforços para vencê-los. A nomenclatura “complexo” se popularizou e comumente é empregada junto à outra característica qualquer, no intuito de transparecer uma

ideia de situação conflitiva, tais como complexo de inferioridade, complexo de superioridade, complexo pai, complexo mãe, etc. (SILVEIRA, 2007, p. 25).

Jung atesta que os complexos assumem algumas características invariáveis no percurso do desenvolvimento da humanidade. Divididos em categorias bem definidas (da mãe, do pai, da morte, etc.), os complexos são facilmente reconhecidos e por isso sugerem que estão atrelados a sistemas básicos igualmente típicos, os arquétipos. Essa ligação denota que apesar de possuir traços particulares, os complexos também representam grandes vivências da humanidade. Como exemplo, pode-se citar os conflitos suscitados do “complexo mãe” que mesmo decorrentes de experiências pessoais remetem ao arquétipo mãe (SILVEIRA, 2007, p. 30).

Para que os complexos possam ser assimilados, e por consequência perderem a função nociva, é necessário que se obtenha uma compreensão racional de sua existência e a descarga dessa energia afetiva que se encontra presa a ele. Culturas primitivas realizavam a descarga dessas emoções através de rituais religiosos com o uso de algumas substâncias, mantras, danças ou cantos que são repetidos muitas vezes até a sua catarse (SILVEIRA, 2007, p. 31).

Energia Psíquica

O desentendimento teórico que ocasionou o rompimento entre o pai da psicanálise e Jung se deu a partir do que cada um entendia por energia psíquica (libido). Sobre essa energia, Jung traz um significado diferente do proposto por Freud que atribui à libido um contexto estritamente sexual, enquanto que Jung define essa energia de maneira mais ampla (semelhante ao que Schopenhauer denominou como vontade), dizendo se tratar de algo instintivo que se manifesta na vida do indivíduo através do apetite, agressividade, sexualidade e de várias outras necessidades. Portanto, Jung atesta que a relação do homem com o mundo não se dá apenas pelo desejo erótico (SILVEIRA, 2007, p. 38).

Jung descreve o aparelho psíquico como sendo um sistema fechado e tomado por energia psíquica. Durante toda a vida do indivíduo essa quantidade de energia permanece a mesma, variando em sua distribuição apenas, ou seja, podendo ter um maior ou menor investimento dela para um determinado objeto. É importante salientar que se há perda de interesse por um objeto e ele deixa de receber aquele mesmo investimento energético anterior, essa energia será canalizada para outro objeto diferente, podendo, talvez, se manifestar através de sintomas neuróticos (SILVEIRA, 2007, p. 39).

Consciente

Uma das instâncias que compõem a estrutura do psiquismo. No seu centro está localizado o Ego, e para que um conteúdo psíquico se torne consciente, deve se relacionar com ele. Todos os outros conteúdos que não se relacionam com o Ego compõem o imenso oceano do inconsciente. O Ego é constituído por múltiplos elementos agindo de forma coesa para transmitir impressão de continuidade e de identidade, sendo assim, Jung prefere utilizar a denominação “complexo do Ego” ao invés de simplesmente “Ego” (SILVEIRA, 2007, p. 63).

Inconsciente Pessoal

A Psicologia Analítica compreende o inconsciente como uma instância dividida entre Inconsciente Pessoal e Inconsciente Coletivo. O Inconsciente Pessoal compõe as camadas mais periféricas do inconsciente, compartilhando uma tênue fronteira com o consciente. Nele estão abrigadas as percepções com grande carga afetiva que resultaram de uma ideia conflituosa, não possuindo força para alcançar o consciente por serem lembranças angustiosas; situações ocorridas durante a vida que por não terem grande importância foram perdidas pela memória consciente; e as características que nos desagradam e buscamos ocultar de nós mesmos e do mundo, o nosso lado sombrio (seria o que Jung denominou como SOMBRA). Apesar de não estarem diretamente em conexão com o Ego, esses elementos do inconsciente pessoal conseguem influenciar os processos conscientes e podem desencadear distúrbios psíquicos (SILVEIRA, 2007, p. 63).

Inconsciente Coletivo

É a camada mais profunda do inconsciente e também a zona mais arcaica de todo o psiquismo. Da mesma maneira que o corpo humano apresenta uma anatomia comum a todos, independentemente das diferenças raciais existentes, o aparelho psíquico também possui um aspecto comum a todos os indivíduos, que é o inconsciente coletivo. Possui conteúdos que se sobrepõem a qualquer tradição cultural ou atitude consciente, em condições latentes para reproduzir ações comuns a todos os seres humanos. Jung apresenta este conceito de maneira bem diferente do proposto por Freud, que dizia ser o inconsciente como uma espécie de caldeira cheia de pulsões em ebulição (SILVEIRA, 2007, p. 64).

É importante salientar que o Inconsciente Coletivo não pode ser acessado por uma análise direta da consciência, mas de modo indireto, através da investigação dos conteúdos manifestos que surgem carregados de conotação simbólica (um véu sobre o latente), observados nos sonhos, atos falhos, sintomas histéricos, mitologia, etc. Tanto Freud quanto Jung admitem a existência do inconsciente como sendo o resultado de uma hipótese altamente plausível (SILVEIRA, 2007, p. 65).

Self (O Si Mesmo)

Nas profundezas do inconsciente coletivo, Jung descobriu o centro de todo o psiquismo por onde emana uma inesgotável fonte de energia. Conforme as circunstâncias, pode até ser comparado ao que Freud chamou por superego. Quando o indivíduo rejeita seus desejos mais egoístas em prol de um temor pela opinião das outras pessoas, pode-se dizer que o *Self* está numa condição inconsciente, identificando-se com a consciência moral coletiva e, a partir dessa análise, o *Self* assemelha-se ao superego psicanalítico. Por outro lado, o *Self* se afasta da comparação freudiana se o indivíduo compreende o *Self* como sendo a essência do “si mesmo”, o que lhe é próprio de fato, renuncia às opiniões externas e passa a agir motivado pelas suas próprias leis internas (SILVEIRA, 2007, p. 65).

Anima

Da mesma maneira que ocorre no organismo do homem uma superposição de genes masculinos sobre os femininos, e dos genes femininos sobre os masculinos no organismo da mulher, os psiquismos também trazem esses conteúdos de gênero. Jung define que a essência feminina do homem é a *anima* e a masculina da mulher é o *animus* (SILVEIRA, 2007, p. 82).

A *anima* é composta pelos resíduos das sucessivas experiências que o homem teve com a mulher no decorrer da humanidade. Representa a matriz que concebe a imagem da feminilidade, é o arquétipo do feminino. O primeiro objeto a receber a projeção da *anima* é a mãe, e aos olhos do filho ela se assemelha a um ser de poderes mágicos que pode ser observado nas representações dos contos de fadas, mitos, sonhos e das religiões. As personificações da *anima* podem ser belas ou horríveis, tais como uma sereia, bruxa, fada, ninfa, animal, deusa, madrasta, etc. (SILVEIRA, 2007, p. 83).

Se a *anima* for devidamente considerada e confrontada pelo Ego o homem poderá se desenvolver e transpor estágios evolutivos, a sua função psíquica irá harmonizar o relacionamento do mundo externo com o interior, será uma boa mediadora entre o consciente e inconsciente (SILVEIRA, 2007, p. 83).

Arquétipo

A palavra “arquétipo” possui origem grega e significa “a cunhagem original”. Em continuidade à ideia platônica de “imagem primordial”, Jung utilizou esta denominação para discriminar os conteúdos psíquicos que, estando alocados nas entranhas do Inconsciente Coletivo, funcionam como uma espécie de possibilidade para representar algo. Em ressalva, Jung esclarece que os arquétipos não são ideias ou imagens inatas, pois não são anteriores ao homem porque dependem de suas experiências para existir, mas são matrizes arcaicas atemporais, de naturezas puras e incorruptíveis, que direcionam a elaboração da ideia ou imagem. Quando a energia psíquica se molda no consciente, passa a ter forma, surge então uma “imagem arquetípica”, que não é o arquétipo propriamente dito, porque este é virtual, mas é o símbolo de sua representação (SILVEIRA, 2007, p. 68).

As experiências comuns a todos os homens, repetidas incontavelmente por gerações, resultam em um depósito de impressões psíquicas típicas que direcionam a humanidade em suas atividades, tais como o encontro com a mãe, com o pai, o nascimento, a morte, ou até mesmo as dificuldades enfrentadas na natureza, como travessia de mares, desertos, contato com animais selvagens, etc. (SILVEIRA, 2007, p. 69).

Os arquétipos são, em essência, irrepresentáveis e ocultos, agindo como uma forma básica que ao se combinarem com os conteúdos do consciente, produzem uma representação simbólica para o mundo externo. A noção de arquétipo permite compreender porque em lugares e épocas diferentes surgem temas idênticos representados nos mais variados contos de fadas, mitos, ritos, dogmas, nas artes, na filosofia e nas religiões (SILVEIRA, 2007, p. 69).

2.3 AS FUNÇÕES DO MITO E DA DEUSA

A comunicação entre as espécies da natureza é percebida em todo o reino animal de suas mais diversas formas, seja desde um simples bater de asas de um inseto, aparentemente sem distinção, ao complexo sistema fônico do ser humano. Alertar ao bando ou à comunidade quanto à proximidade de um predador ou onde se encontra o alimento é de essencial importância para garantir a sobrevivência de uma espécie. Partindo do princípio instintivo da comunicação pela sobrevivência, o homem primitivo passou a conceituar os objetos à sua volta para se relacionar com a natureza e com os outros de sua espécie. A comunicação humana se originou de simples sons vocais e expressões corporais, evoluindo até os dias de hoje onde dispomos de um abrangente sistema fonético para discriminar o mundo a nossa volta. Com o caminhar da evolução humana, viu-se o homem obrigado a conceituar também as funções de seu mundo interno, nomeando suas emoções e pensamentos advindos do psiquismo. Com o desenvolvimento do raciocínio lógico o homem deixou de apenas conceituar para também criar cadeias de associações e construir o que hoje conhecemos por linguagem (JUNG, 2008).

A linguagem varia conforme o meio em que o indivíduo está inserido. É fruto da natureza ao seu redor e também da tradição cultural, sendo a maneira pela qual os homens centralizam e difundem suas ideias. Devido à grande quantidade de povos espalhados pelas mais diferentes áreas naturais, a linguagem se mostra tão diferenciada quanto às variações ambientais. Em uma cultura agrária, existem termos que podem ser totalmente desconhecidos por uma cultura originária do deserto, que tenha seus costumes pautados única e exclusivamente na caça e no pastoreio (CAMPBELL, 2003).

Na natureza existem diversas formas e relações de causa-efeito que podem ser observadas pelo homem e incluídas em sua linguagem. Por outro lado, os fenômenos tidos como mistérios, que não se tem conhecimento muito claro, senão pela dedução ou indução, escapam da descrição pela linguagem. Se o homem encontra certas dificuldades para a adequação linguística com a natureza do mundo externo, é de fácil entendimento que encontre ainda mais dificuldade com a adequação de seu mundo interno junto à linguagem, uma vez que esses fenômenos fogem aos conceitos físicos comuns, permanecendo somente na esfera metafísica. Sendo assim, essa ferramenta mediadora entre o mundo interno e externo se mostra carregada de limitações por não descrever fielmente todos os fenômenos psíquicos (JUNG, 2008).

O Ego ao mediar os impulsos advindos do inconsciente, os dos arquétipos, por exemplo, para que se expressem no mundo externo, tende a “envolvê-los” na linguagem que se situa na zona consciente, procurando associar-lhes significados para a sua compreensão no mundo externo. Em consequência da zona consciente estar mais afastada do *Self* do que a zona

inconsciente, ela não “enxerga” os impulsos inconscientes que a antecedem e expressa ao mundo externo um conceito medíocre que é incapaz de explicitar a real forma desses impulsos. À essa expressão, “desenhada” no plano da consciência, atribui-se o nome de SÍMBOLO, cuja forma se estrutura numa imagem familiar, da vida cotidiana, mas que significa algo além de sua conotação evidente e convencional (JUNG, 2008).

Um povo que vive da pesca e somente conheça de maneira íntima esse meio natural de vida aquática, tenderá a explicar os fenômenos psíquicos fazendo associações aos impulsos inconscientes com essa realidade. Uma colônia de pescadores pode representar um impulso de determinação, por exemplo, com a rotina de um salmão que briga contra a correnteza para botar seus ovos e depois morrer. Desta maneira, nasce o salmão como sendo um símbolo que represente qualquer impulso de determinação. Como um segundo exemplo, pode-se citar outro elemento da natureza muito presente nas mitologias primitivas, o fogo, que por sua fúria e voracidade destrutiva simboliza sentimentos de ira e cólera (CAMPBELL, 2003).

Diversas indagações podem ser feitas para descrever um símbolo, mas todas elas não bastarão de ferramentas para limpar as imperfeições vindas da linguagem. Seu real significado é alcançado entendendo-o no seu sentido metafórico, ou seja, interpretado pelo inconsciente de onde a energia adequada o reconhecerá como o seu próprio reflexo. O símbolo é, então, a “materialização” de impulsos inconscientes que estão de certa forma, revestidos por características do mundo externo comuns à rotina de um indivíduo. A integração de diversos símbolos, organizada dentro de numa lógica temporal e espacial, dará origem aos mais diferentes mitos (JUNG, 2008).

Mitos são histórias criadas para descrever os fenômenos da natureza numa época em que a civilização estava longe da ciência que conhecemos hoje, pois esta era a única maneira de lidar com o inquietante mistério da natureza. Conta a origem de alguma coisa, dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras, do poder, etc. O homem ao tomar consciência de suas limitações perante a natureza, observando os fenômenos naturais onde ele é apenas um ser passivo, incapaz de manipular ou ao menos compreender as relações causais existentes, procura raciocinar sobre explicações lógicas até chegar à conclusão de que um ser humano comum jamais possuiu poderes para tão extraordinários efeitos. Para resolver este enigma, ele cria histórias fantasiosas de seres com poderes sobre humanos aos quais conceitua-os como entidades divinas dotadas de pleno poder sobre a natureza e os homens (CHAUÍ, 2010, p. 31).

Um mito nunca carrega a pessoalidade de seu contador, a não ser se interpretado literalmente. O sentido metafórico escondido atrás das fantasias mitológicas é advindo dos arquétipos que habitam o inconsciente coletivo e, por esta razão, expressam energias coletivas da humanidade que são sentidas por todos, independentemente de ter alcançado ou não o seu sentido racional (JUNG, 2008).

Por se tratar de algo transcendente à consciência, os mitos costumavam ser contados pelos sacerdotes que acreditavam terem recebido dos próprios deuses a mitologia. Além dos sacerdotes, os artistas por estarem em uma ligação mais facilitada com o inconsciente de onde também tiravam a arte, deram à luz os mitos, pois, de acordo com suas áreas e disciplinas, projetam as novas imagens da mitologia, fornecendo as metáforas contemporâneas que nos permitem captar a transcendente, infinita e abundante natureza do mundo (CAMPBELL, 2003)

Chauí (2010, p. 382) conta que o homem faz uso do rito para manter viva a mitologia de sua cultura. Empregando objetos antigos e considerados sagrados, os homens ritualizam/encenam episódios míticos que acreditam terem acontecidos numa primeira vez, procurando abolir as distâncias entre passado e presente e entre sagrado (divindade) e profano (homem).

Através dos rituais os homens adequam as energias psíquicas dos arquétipos com o sentido simbólico e, uma vez que os mitos representem características coletivas aos homens e que nada mais são além de expressões dos impulsos inconscientes, de nada importa se o fato em si ocorreu ou não no mundo externo, o ganho psicológico está contido no desejo do homem em se conectar com o sagrado e lembrar-se de sua condição profana (JUNG, 2008).

Muitos são os mistérios da vida que intrigam os homens. Algumas questões sem respostas que assombram o homem contemporâneo vêm desde épocas anteriores à própria história. São perguntas como: De onde viemos? Por que estamos aqui? Para onde vamos? Indagações estas que a ciência tenta, mas que estão a cargo da religião respondê-las.

Chauí (2010, p. 380) conta que a palavra religião vem do latim e significa “outra vez ligar” ou “de novo unir”. Para a autora, religião é um vínculo que une o mundo profano e o mundo sagrado, ou seja, a natureza e as divindades. O mito religioso é a maneira pela qual uma sociedade narra para si mesma a sua origem e toda a realidade que a circunda, explicando sobre os fenômenos da natureza, as divindades e organizando a vida do homem.

Em muitas religiões, inclusive o catolicismo, a criação do mundo se dá a partir de uma figura masculina, o pai. No entanto, estudos arqueológicos apontam que a primeira religião da humanidade, tendo surgida na época mais primitiva da condição humana, Idade da Pedra,

possuía devoção a uma divindade feminina, pois era uma maneira de compreender o surgimento das coisas no mundo a partir da comparação com a fertilidade, crescimento e alimentação. A participação masculina na concepção de um filho não era compreendida totalmente naquela época, atribuindo à figura feminina o real poder da vida e o centro da criação (EISLER, 2008, p. 23).

Mesmo em culturas centradas por uma divindade feminina, constata-se a existência de outras divindades que eram masculinas e que, por vezes, representavam-se como o filho, consorte ou Deus-Caçador responsável pelo sustento da comunidade. Essas variações representativas se davam conforme a região e os elementos da natureza que compunham determinada tradição cultural (EISLER, 2008, p. 25).

Os povos primitivos, de uma época em que ciência e tecnologia como conhecemos hoje eram ainda inimagináveis, buscavam a compreensão dos enigmas da vida através da observação da natureza, utilizando-se de seus elementos para representar o transcendente. Assim como a terra que fazia brotar a semente e dar frutos, a mulher também possuía esse dom de gerar vida, o que, como consequência, fazia pensar que a força criadora do universo só poderia vir de uma divindade feminina. Em todas as comunidades primitivas que sobreviviam da atividade agrícola possuíam culto a uma divindade feminina, através de evidências encontradas em três regiões do globo terrestre, conhecidas por terem sido o berço da agricultura: Ásia Menor, Sudeste da Europa, Tailândia, Sudeste da Ásia e América Central. Em todas essas regiões foram encontrados artefatos e símbolos similares representando a deusa, indicando ora mãe e criadora, ora virgem e donzela. Esse sincretismo religioso representa que o culto a deusa era politeísta e monoteísta ao mesmo tempo, pois era “poli” porque se tratava da deusa em formas e nomes diferentes e “mono” porque todas as formas derivavam da mesma entidade transcendente, a fé era a mesma, assim como acontece nas religiões patriarcais quando se entende Deus a partir de diferentes denominações (CAMPBELL, 2012).

Estudos arqueológicos comprovam que a veneração à deusa era muito praticada nas culturas mais antigas, com maiores evidências nas sociedades que viviam da atividade agrícola. Nessas comunidades a mulher pela sua capacidade de dar e manter a vida ocupava posição de destaque e valor, podendo exercer cargos de sacerdotisa, conselheira e até mesmo chefe de clã. O que pode ser constatado também é que o culto a divindades masculinas também existia, mas em comunhão com a deusa, denotando um regime mais igualitário de crenças e sem a imposição de um gênero sobre o outro (EISLER, 2008, p. 30).

Segundo Eisler (2008, p. 88), a partir da visão de que o poder divino na forma humana era representado na figura da mulher, atribuindo a governança do universo à Grande Mãe - deusa, é plausível imaginar que essas sociedades viviam pacificamente, pois os sentimentos de ternura, compaixão e não violência eram mais exaltados. Ao pesquisar estudos referentes aos achados arqueológicos de antigas comunidades agrícolas, a autora não admite a ideia de que essa sociedade primitiva fosse pautada num regime patriarcal ou matriarcal. Para ela, a denominação mais adequada que define esse sistema de organização social seria “*Gilania*” – palavra de origem grega que representa “mulher e homem”, pois descreve um sistema igualitário onde não há um gênero subjugando o outro. Eisler parte do pressuposto de que para uma sociedade ser patriarcal (linhagem a partir do pai), sendo o reflexo de uma religião que possui uma divindade masculina como a mais poderosa e criadora de tudo, deve também ter domicílio patrilocal, onde a mulher passa a viver com a família/comunidade do homem e, já na sociedade matriarcal (linhagem a partir da mãe), com uma divindade feminina de maior importância, o homem é quem passa a viver com a família/comunidade da mulher, num domicílio matrilocal; e, sob esta ótica, os achados arqueológicos de sociedades pré-históricas não corroboram com nenhuma dessas duas classificações, mas sim, apontam uma comunidade sem precedência hierárquica de gênero, sustentando um sistema igualitário.

Vale ressaltar que, comumente na história de sociedades patriarcais, existe um panteão religioso de divindades masculinas com precedência hierárquica sob as divindades femininas, estimulando uma opressão do homem sobre a mulher, sob o pretexto de uma condição de ordem divina. Apesar dos sistemas anteriores aos patriarcais terem uma linhagem a partir da mãe, estas sociedades agrícolas eram notoriamente igualitárias e, mesmo que a mulher fosse mais valorizada que o homem e possuísse maior status social, não há indícios de uma desigualdade acentuada ou opressão feminino sobre o masculino, como constatado em regimes patriarcais onde a subjugação é nítida (EISLER, 2008, p. 33).

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DE MARIA COMO UMA DIVINDADE

Em 1948 Jung publicou um extenso estudo sobre o símbolo da Santíssima Trindade com a pretensão de atingir àqueles que discordam que o cristianismo deva ser analisado como um fenômeno psicológico. Jung admite que as crenças religiosas estão pautadas na fé e que por isso não podem ser avaliadas por aqueles que não dividem a mesma ideia, porém, como o homem é dotado de racionalidade, não deve ser impedido de questionar as singularidades de um pensamento religioso, seja ele qual for (SILVEIRA, 2007, p. 128).

O dogma da trindade não é uma particularidade do cristianismo. A questão da trinitariedade, do deus supremo a partir de três diferentes manifestações, pode também ser encontrada em religiões antigas do Egito, da Grécia, da Índia, dentre outras, confirmando que esse fenômeno se trata de mais um dos arquétipos herdados pela humanidade (CAMPBELL, 2012).

A imagem arquetípica da Santíssima Trindade cristã é muito importante para se compreender o dinamismo psíquico do homem ocidental porque representa três estágios de evolução psíquica. No primeiro momento, o homem em seu estado infantil compreende que Deus é o criador e junto a ele e ao mundo integra um todo, estando alheio a qualquer análise crítica. Em um segundo momento, quando o homem percebe as contradições do mundo, de que existe o bem e o mal autorizados pelo Pai – criador, compreende que a criação é imperfeita e por isso carente de salvação, o que desenvolve o desejo pela vinda de um redentor – o Filho (irmão dos homens) para redimir o mundo de todo o mal. Como última etapa dessa evolução psíquica, o homem crê na salvação trazida pelo Filho de Deus e entra em comunhão com a presença de Deus no mundo, o Espírito Santo, que lhe assegurará uma vida coberta de “graças”. Com a inserção do terceiro elemento, o homem se une a Deus e o todo volta a ser Um, sem que para isso a Trindade precise ser necessariamente desfeita (JUNG, 2011).

A Santíssima Trindade é a forma mais alta do conceito de Deus. Entretanto, ao analisar minuciosamente o inconsciente, percebeu que os símbolos ternários são incompletos porque a totalidade se resume em símbolos quaternários. A explicação consiste em duas observações: que as três manifestações divinas são perfeitas e por isso o mal não pertence à trindade; e que a trindade possui característica puramente masculina, excluindo qualquer princípio feminino na regência do mundo (JUNG, 2011).

A religião católica cedeu ao anseio das energias psíquicas inconscientes e inseriu a essência feminina na prática de veneração. Em 1950 os católicos elevaram Maria de Nazaré à um patamar de maior importância, promulgando o dogma da Assunção de Maria. Na religião católica o arquétipo da quaternidade foi saciado, mesmo que o dogma não atribua a Maria um título de deusa propriamente (JUNG, 2011).

Tomita (1996, p. 59) enfatiza que o principal arquétipo feminino é o da Grande Deusa por se tratar da estrutura fundamental da maternidade. É o princípio feminino da própria energia criativa, estando associados aos mais diversos símbolos telúricos e, apesar da superposição do monoteísmo patriarcal, as imagens arquetípicas da deusa nunca desapareceram completamente do imaginário religioso. Jung destaca que a Grande Mãe, ou Grande Deusa, é o ventre cósmico que representa a origem criadora da própria vida e o fundamento de tudo que existe.

Segundo Gontijo (2011, p. 17, apud LAURENTIN, 1965, p. 61), no universo católico, Maria é conhecida sob os títulos de Nossa Senhora, Virgem Maria, Maria Santíssima, Rainha do Céu e da Terra, Rainha do Universo, Trono de Sabedoria, Mãe de Deus e dos homens, todos em sinal de respeito e enaltecimento à sua grandiosidade que, apesar de aparentarem certo distanciamento da condição humana, remetem o fiel à mulher simples, àquela que cuida e sofre com e pelo filho. Todos os títulos e festas em honra a Maria foram criados pelos católicos, tanto no oriente quanto no ocidente, sem registros históricos que possam datar com precisão suas origens.

Convém salientar que ao falarmos de Maria, estamos antes de tudo, retratando uma mulher judia que viveu em uma época e região com padrões bem específicos de estrutura familiar, social, econômica, política e religiosa. No tempo em que o cristianismo surgiu, as características de virgindade, submissão ao homem e fé inabalável eram aspectos do judaísmo que descreviam um modelo de mulher e mãe ideal. Todas essas características que o catolicismo adotou para coroar a Nossa Senhora descrevem a submissão feminina ao sistema patriarcal, pois as mulheres eram consideradas como seres inferiores, de propriedade do pai ou esposo, eram tratadas como um tipo de bem, e sua função na família se resumia em cuidar da casa, da família e procriar (BOFF, 1983).

Gontijo (2011, p. 18, apud LAURENTIN, 1965, p. 172) esclarece que Maria, assim como suas contemporâneas, seguia os preceitos religiosos de sua época e assumia o papel da mulher submissa. Contudo, ela também é descrita por vezes como uma mulher forte e protagonista de momentos marcantes relatados na Bíblia, como o de sua fuga para o Egito e do episódio do

Calvário. Maria é comumente retratada como a mãe de Jesus, mas também tem sua imagem associada à luta das mulheres por igualdade de direitos.

A mulher descrita nas escrituras bíblicas é colocada em segundo plano, tanto nas questões sociais quanto religiosas, primeiramente por não poder ser circuncidada e, desta maneira, permanecer alheia à aliança com Deus; depois pela necessidade de purificação na qual estava obrigada, por conta da sua condição feminina que traz toda a carga pejorativa desencadeada por Eva no início da criação (BOFF, 1983).

Enquanto que a Santíssima Trindade é composta por três essências divinas, de seres imponderáveis, a Nossa Senhora é comumente associada à terra, ao mundo corporal. Santo Agostinho diz que a terra é um símbolo da Virgem, podendo ser constatado nas ladainhas que exaltam uma Nossa Senhora com características de um “Jardim Fechado”. É importante dizer que o cristianismo associa o mal à uma condição terrena, ou seja, à mulher (JUNG, 2011).

É correto dizer, na perspectiva da psicologia junguiana, que o catolicismo venera a Virgem Maria como um ser imaculado, de puríssima luz e sem sombra. No entanto, pode-se constatar que em meio a tantas variações das imagens de Maria, observadas em diferentes igrejas do mundo, existe também uma representação peculiar dela encontrada na Suíça, França, Polônia, Rússia e inclusive no Brasil, de uma imagem mariana desenhada como uma Virgem negra, conforme podemos observar nas figuras 2, 3, 4 e 5. Conclui-se então, que o inconsciente projeta nessas imagens da Maria negra, cor de terra, as características telúricas da mulher, ou seja, a sombra daquilo que seria um princípio feminino (SILVEIRA, 2007, p. 130).

Nas figuras a seguir podemos observar exemplos de imagens negras de Maria, expostas em diferentes cantos do mundo:

Figura 2 - Nossa Senhora de Czestochowa, Rainha da Polônia



Figura 3 - Nossa Senhora de Einsiedeln, da Suíça



Fonte: <http://www.pt.josemariaescriva.info/artigo/nossa-senhora-de-einsiedeln>

Figura 4 - Notre Dame du Pilier, na França



Fonte: <https://vialucispress.wordpress.com/2015/07/04/restoration-in-miniature-notre-dame-du-pilier-dennis-aubrey/>

Figura 5 – Nossa Senhora Aparecida, no Brasil



Fonte: <http://www.cruzterrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-aparecida/21/102/>

Tomita (1996, p. 64) diz que no arquétipo da Grande Deusa também estão contidas algumas características negativas, além da maternidade. Podem-se constatar três aspectos que lhe são fundamentais: o da maternidade, referente à sabedoria e autoridade mágica do feminino; o da bondade, compreendendo a proteção, a alimentação e o renascimento; e o contraposto, englobando tudo o que é mistério, que devora, seduz e traz a morte. O cristianismo se apropriou das representações simbólicas das deusas pagãs para formatar a Nossa Senhora, mas a purificou de todos os aspectos negativos, tirando dela os traços de erotismo, obscuridade e morte. Maria ficou apenas com o “lado bom” da deusa, aquela que não seduz para não levar à perdição dos homens. As particularidades negativas ficaram todas renegadas a outras mulheres, como Eva e Madalena.

Jung enfatiza que quando o arquétipo da Grande Deusa é negligenciado, ficando o princípio feminino de lado, o que ocorre é uma certa esterilidade na vida. Quando a deusa deixa de ser reverenciada, as estruturas sociais e psíquicas ganham características mais enrijecidas, as comunidades ficam mais mecanizadas, militarizadas e superpolitizadas, enaltecendo um pensamento mais racional e trazendo uma postura mais dominante. Deixa de existir a harmonia, tanto no mundo externo quanto no psíquico (SILVEIRA, 2007, p. 131).

Para Gontijo (2011, p. 18, apud LAURENTIN, 1965, p. 176), convém elucidar que a posição que Maria ocupa na igreja se altera com o caminhar da história, sendo negligenciada em alguns momentos e ganhando destaque em outros. Para compreender essa inversão de papéis no desenvolvimento da igreja, faz-se necessário uma análise do título “Mãe de Deus”, pois representa duas instâncias diferentes: a primeira seria o da mãe daquele que trouxe a salvação,

e que por isso merece a veneração dos fiéis; e a segunda reside no fato de Maria ser uma mulher terrena, longe de ser comparada a uma espécie de segundo Cristo reduzido. Em síntese, do ponto de vista histórico, Maria permanece um enigma e requer maiores estudos. Entretanto, sob o olhar da fé, ela representa uma imagem arquetípica do feminino que é adorada por milhares de católicos ao reconhecerem nela a mãe amorosa dos filhos terrenos.

Para auxiliar na compreensão do fenômeno mariano, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do protestantismo, já que esta é outra vertente do cristianismo e se posiciona contrária a diversas práticas católicas. O protestante se reporta apenas a Deus, sem mecanismos de confissões e absolvição que são comumente encontrados nas práticas ritualísticas do catolicismo, havendo a necessidade de lidarem sozinhos com seus pecados, mesmo sem a certeza de conseguirem a “graça” de Deus. Essa postura protestante coloca o homem em contato direto com o seu pecado, o que seria mais difícil de alcançar a partir de uma conscientização católica. Os católicos possuem representações simbólicas que equilibram um excesso de tensão psíquica, enquanto que o protestante permanece entregue às suas tensões interiores, o que de certa forma, de uma ótica otimista, desenvolve uma consciência mais aguçada quando aproveitada para uma autocrítica mais elevada. Cabe ressaltar que a autocrítica é essencial para qualquer intenção de compreensão da própria psique, pois quando se comete uma falha inexplicável, é preciso uma percepção discriminatória para se descobrir as causas de um determinado comportamento ou sentimento, percebendo as forças inconscientes que se ocultam em seu psiquismo. Em suma, o protestantismo rejeitou a proteção dos símbolos católicos em busca da experiência religiosa imediata, sem veículos de mediação entre o sagrado e profano (JUNG, 2011).

De fato, os escritos do Novo Testamento não estão centrados na pessoa de Maria, porque tratam diretamente de Deus e Jesus e, sob esse aspecto, os protestantes sustentam a primazia da Palavra de Deus sobre as tradições religiosas, manifestas nos vários sacramentos e na devoção aos santos praticadas pelos católicos que, cada vez mais, encontram motivos para adorar a Maria através de relatos de aparições e diversas demonstrações de fé, com festas, imagens e rezas. Os devotos de Maria não se intimidam com as acusações de idolatria e nem de manterem cultos de veneração mariana sem fundamentação bíblica, e dessa maneira prosseguem com sua tradição (GONTIJO, 2011, p. 25, apud MURAD, 1996, p. 40).

Ao derrubar os dogmas, ritos e os mitos, o protestantismo sentiu os efeitos destruidores e cismáticos dessa negligência psíquica. Quando os dogmas se perderam e o rito deixou de exercer o seu papel de reorganizador das energias psíquicas, o homem precisou vivenciar a

experiência interior sem o respaldo de um símbolo que guiasse essas energias, haja vista que a manifestação simbólica amortiza na consciência as pressões advindas do inconsciente, seja de uma religião cristã ou pagã. O protestantismo perdeu as essências mais sutis do cristianismo tradicional, tais como a missa, a confissão, grande parte da liturgia e a função do sacerdote como representante de Deus na terra, mas, em contrapartida, ele trouxe o foco religioso aos textos bíblicos e a sua utilização como a única fonte da fé cristã, porque em muitos momentos as escrituras foram deixadas de lado pelos católicos em detrimento dos anseios da igreja (JUNG, 2011).

O fato é que o pentecostalismo foi e continua sendo um grande risco e, ao mesmo tempo, uma grande possibilidade que desponta no horizonte das religiões cristãs. Porém, se mantiver a derrubada de símbolos mediadores, o homem irá se achar num deserto caótico de suas pulsões e não contará com mecanismos de defesa espirituais para amenizar o choque dessas forças inconscientes que esperam pela libertação. Basta analisar a enorme crueldade presente no mundo civilizado para constatar que tudo isso se origina do homem e de sua condição espiritual. Todas as ferramentas de destruição bélica foram inventadas por “inofensivos” cidadãos que, estando sem a proteção dos símbolos religiosos, manifestaram no mundo externo todos os seus conflitos e tensões internas (GONTIJO, 2011, p. 15, apud BERGER, 1985, p. 61).

Enquanto que os protestantes procuram seguir apenas as Palavras de Deus descritas na Bíblia, rejeitando qualquer intermediário entre Deus (ou Jesus) e os homens, os católicos prosseguem numa religião que utiliza uma série de vias diferentes para ligar o mundo terreno com o sagrado, em especial a mediação dos santos e a interseção de Nossa Senhora (GONTIJO, 2011, p. 26, apud BERGER, 1985, p. 124).

Para Gontijo (2011, p. 25, apud OLIVEIRA, 1978, p. 79) o santo está ao alcance imediato do fiel, facilmente encontrado nas mais diferentes formas e locais, seja nos muitos santuários espalhados pelo mundo, nas estátuas, imagens, estampas, à beira de estradas e até mesmo nos cemitérios. O católico não necessita de um sacerdote especializado para contatar o santo, simplesmente vai até ele, conversa, agradece, faz seus pedidos, ou apenas presta sua homenagem ritualística

O culto à Maria segue os mesmos preceitos dos santos, mas numa condição mais elevada, como a mãe de Jesus e também a sua principal seguidora. Os católicos a consideram uma mediadora privilegiada, com acesso mais facilitado ao Pai. A partir do concílio de Éfeso, Maria se torna uma espécie de santa especial e universal. Na maioria das residências católicas pode-se encontrar pelo menos uma representação de Maria e, geralmente, o seu nome é o mais

aclamado. Essa relação homem-sagrado é direta, sem a necessidade de mediação por um sacerdote ou pelos textos bíblicos, em pedidos de misericórdia e de proteção (GONTIJO, 2011, p. 26, apud LAURENTIN, 1965, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o fenômeno religioso possibilita analisar o dinamismo psíquico de um indivíduo e os mecanismos de organização social dentro de uma determinada cultura. A religiosidade somente pode ser compreendida a partir de uma visão multidisciplinar com a interação entre os saberes teológicos, filosóficos, sociológicos e psicológicos. Contribuições da arqueologia, mitologia e história trazem subsídios que permitem a sustentação da ciência psicológica frente os processos religiosos, sem riscos de se construir uma ideia limitada ou preconceituosa acerca do fenômeno. Em se tratando de religiosidade, devem-se respeitar as crenças acima da constatação dos seus fatos mitológicos na esfera da materialidade do argumento, ou seja, sem a necessidade de uma prova física do fenômeno para poder considerá-lo. É importante salientar que nesta área de estudo não se faz julgamento de valores, apenas limita-se a descrever o fenômeno apresentado.

A presente monografia direcionou a religiosidade para uma crítica psicológica, haja vista que os seus fenômenos também são manifestações dos conteúdos internos do homem. A partir dos trabalhos desenvolvidos por Carl Gustav Jung acerca da Psicologia Analítica, obteve-se ferramentas adequadas para um melhor entendimento das manifestações religiosas e suas implicações psicológicas e sociais. Conceitos de energia psíquica, inconsciente coletivo e arquétipos são basilares para a compreensão desses processos.

O cristianismo foi o campo de estudo em que se buscou o objeto de análise, por se tratar de uma das religiões mais difundidas no mundo e de sua enorme influência em diversas organizações sociais. O tema proposto refere-se a uma das figuras mais emblemáticas e famosas da crença cristã, a Virgem Maria, que nesta pesquisa foi considerada como uma divindade feminina do catolicismo, devido a sua similaridade com as deusas pagãs. No intuito de compreender melhor o seu papel dentro das práticas católicas, sejam nos aspectos mitológicos, sociais, políticos ou psicológicos, fez-se uma pesquisa de como se desenvolveram os cultos marianos e quais os fatores psicológicos que motivam a prática de veneração a essa personagem.

Um fato observado logo no início do levantamento bibliográfico foi o da perpetuação de questões religiosas primitivas que ainda são presentes na atualidade, como por exemplo, a posição da mulher no mundo, a mulher como aquela que se submete ao autoritarismo masculino, a ideologia em sociedades governadas por gêneros diferentes, a maternidade

religiosa, dentre outros fatores. Tais apontamentos sugerem que, apesar dos crescentes movimentos ideológicos em favor do feminino na contemporaneidade, a maioria das comunidades ainda mantém a mulher numa posição de subserviência ao homem.

Do ponto de vista da Psicologia Analítica, as práticas religiosas são manifestações psíquicas do homem no mundo externo, por intermédio da linguagem e da sua construção simbólica na sociedade, que é carregada de imagens e sensações vivenciadas pelo homem, extraídas da natureza e do interior de sua psique. Desta maneira, as representações de divindades no mundo também podem ser compreendidas como expressões de conteúdos inconscientes que atingem a consciência, se misturam a percepções e, posteriormente, se materializam no mundo externo. Especificamente, pode-se dizer que uma divindade colérica representa os sentimentos de ira contidos no inconsciente, assim como uma divindade misericordiosa representa as vivências do homem com os cuidados maternos que foram arquivados na mente. A partir das sucessivas experiências com o mundo e das superposições de suas recordações, a humanidade estabelece estruturas psíquicas para “moldar” imagens de representação, conforme denominado por Jung como arquétipos.

De acordo com a Psicologia Analítica, existem diversos arquétipos, sendo um deles de fundamental importância para o homem, o da Grande Mãe ou Grande Deusa, que trata das vivências com o princípio feminino, com a esposa e a mãe, comumente representado nas imagens de deusas encontradas nas mais diferentes religiões, das mais diversas regiões e épocas. O que de imediato pode-se constatar numa pesquisa de religião comparada, é que as mais diferentes denominações divinas são, em essência, expressões de um mesmo arquétipo.

A figura da divindade feminina no catolicismo encontra referências em cultos à deusa, praticados na antiguidade. Os achados arqueológicos nos contam que os povos primitivos que viviam em regiões propícias à agricultura cultuavam a deusa porque valorizavam o feminino e a terra. Esses povos se apegaram aos aspectos da fertilidade porque entendiam que a mulher gerava a vida, assim como a terra fazia germinar o alimento, o que seria a sobrevivência para a comunidade. Em consequência, surge o transcendente representado como uma Grande Mãe, aquela divindade máxima, que gerou o mundo e o homem a partir do seu útero, e a quem retornará no final da vida. As culturas de veneração à deusa exaltavam a mulher e cultivavam comportamentos mais afetuosos, buscavam uma maior adaptação no mundo através de sentimentos maternos e não faziam distinções sociais de gênero. Comumente, nas organizações sociais desses povos, encontravam-se mulheres assumindo funções importantes, como sacerdotisas e até cargos políticos, além dos seus inerentes cuidados maternos. Em muitas

dessas comunidades o sistema organizacional não era nem patriarcal, nem matriarcal, mas *gilânicos*, sem indicativos de dominância masculina ou feminina, viviam de maneira pacífica, igualitária e mantinham respeito ao sexo oposto.

Em contrapartida, nas regiões onde não existiam condições favoráveis à agricultura, povos desenvolveram práticas de caça como forma de sobrevivência. Aprenderam na observância dos animais selvagens que força, agressividade e habilidades de luta eram essenciais para a sobrevivência. Quando já mais evoluídos, desenvolveram atividades de pastoreio e puderam se deslocar pelo mundo em busca de novos territórios. Ao se depararem com comunidades agrícolas, eles facilmente as venciam com sua força guerreira e oprimiam aquele povo pacífico que não desenvolveu habilidades de guerra. Os guerreiros valorizavam características mais viris e exaltavam sentimentos de dominância, bem diferentes dos preceitos afetuosos defendidos pelos adoradores da deusa. Os caçadores/pastores se estruturaram sob um regime social bem hierarquizado e de desvalorização do princípio feminino. Nessas comunidades, como a mulher não possuía condições físicas para enfrentar animais selvagens e nem lutar na guerra, não recebiam grande relevância social, e a elas cabiam apenas cuidar da casa, dos filhos e servir aos desejos do homem. Um deus guerreiro é quem recebia o título de criador do universo, muitas vezes sendo retratado como um pai autoritário e colérico. Os cargos sociais, políticos e religiosos eram ocupados apenas por homens que demonstravam muita virilidade. O sistema organizacional era patriarcal e o homem detinha a mulher como uma propriedade.

Com o passar do tempo, várias culturas de devoção à deusa foram tomadas pelos sistemas patriarcais que colocaram a mulher e a deusa em segundo plano. Um fato facilmente observado na religião cristã, pois o cristianismo teve sua origem no judaísmo, que é uma das religiões monoteístas patriarcais mais difundidas no mundo, e toda a mitologia em torno de Jesus Cristo retratada pela Bíblia também coloca a mulher numa condição de submissão ao homem, sendo ora retratada como a mãe que serve ao filho, ora como a mulher responsável por corromper o homem.

O catolicismo se desenvolveu em meio a culturas politeístas que adoravam deusas e, por consequência, mesmo com diversas tentativas de erradicação do paganismo por parte dos imperadores romanos, o povo mantinha devoção em paralelo às antigas deusas gregas, egípcias e romanas. A religião católica se popularizou e muitas práticas pagãs de veneração à deusa, tais como procissões, festas, imagens, entre outras, foram transferidas para a figura de Maria. O princípio feminino está presente em todas as religiões e as imagens arquetípicas de deusas

trazem os mesmos conflitos, ambições e marcas vivenciadas pela humanidade no trato com a mulher, alterando-se apenas em seu retrato, mas sempre com as mesmas características da maternidade, da mãe que serve de trono para seu filho-rei, seja na representação dual de Ísis e Hórus ou Maria e Jesus, ambas de uma mãe com o filho no colo.

Devido à representação da deusa ser o reflexo de um conteúdo psíquico, mais especificamente uma imagem arquetípica da Grande Mãe, e à insistência dessas energias inconscientes em saltarem ao consciente na busca de uma simbologia para o princípio feminino, o povo católico reivindicou a sua deusa e coube à igreja materializá-la na Virgem Maria. Atualmente, o catolicismo é uma das poucas religiões com destaque no ocidente que cultuam uma figura feminina, mesmo que a igreja não reconheça, oficialmente, Maria como uma deusa de fato. Entretanto, essa prática de veneração mariana nem sempre ocorreu como uma tradição católica realmente amparada pela igreja, só sendo formalizada após a promulgação de seus dogmas.

A inserção de Maria nas práticas de veneração católica é uma aquisição simbólica de grande valia ao psiquismo de seus fiéis. A Psicologia Analítica defende o arquétipo da quaternidade como representante da totalidade psíquica, haja vista que a trinitariedade supre apenas em parte a representação da evolução psicológica do homem. A Santíssima Trindade cristã é composta por três instâncias masculinas: O Pai (Deus – o criador), que remete ao princípio de que o homem é fruto de algo além de si; o Filho (Jesus – o salvador), que simboliza a percepção que o homem adquire do mundo, de que a natureza é corrupta e por isso necessita de um redentor; e o Espírito Santo, um retrato da manifestação divina que traz o homem de volta a Deus, que torna o Três em Um novamente, sem desfazer a Trindade. Jung ensina que a Santíssima Trindade cristã excluiu o mal e o princípio feminino, e que por isso não traduz realmente a totalidade psíquica.

Diferentemente das divindades femininas encontradas nas religiões pagãs, Maria representa apenas as características julgadas como sendo boas pela igreja, tais como as funções maternas e a submissão feminina frente ao masculino. As antigas divindades femininas traziam além dos aspectos maternos, características sombrias e eróticas para representar o princípio feminino. Aspectos sombrios estão associados à condição terrena da mulher e ao mistério da morte; e os traços eróticos representam a inclinação do homem aos prazeres terreno quando em contato com a mulher. Toda a carga pejorativa da deusa foi direcionada a outras personagens femininas das Escrituras Sagradas, tais como Eva e Madalena. Contudo, observam-se várias

imagens marianas com características negras, telúricas, espalhadas por igrejas do mundo todo, que indicam uma possibilidade sombria que o catolicismo negligencia para a Nossa Senhora.

A Nossa Senhora serve aos católicos como a mãe misericordiosa que intercede pelos seus filhos terrenos. Quando o católico comete algum pecado ele roga à Maria, Mãe do Céu, a interseção junto ao Pai, num pedido de misericórdia; e se o devoto tem desejo de alcançar alguma graça, também solicita os bons préstimos de Nossa Senhora. Maria possui a mesma função da mãe zelosa e piedosa que é tão idealizada por influência do arquétipo da Grande Mãe. É a mulher fiel e temente a Deus, uma das personagens bíblicas de maior devoção a Jesus Cristo. A Virgem Maria foi aceita como objeto de culto, porém a igreja procura mantê-la na posição abaixo de Deus, sustentando a ideologia de que a Mãe de Deus é importante, mas continua sendo submissa ao Deus Pai. Através da postura subserviente de Maria, a igreja, enquanto instituição, mantém a tradição de soberania masculina na regência das questões políticas, sociais e religiosas.

O protestantismo se desenvolveu em contradição às muitas práticas adotadas pelo catolicismo, como a devoção aos santos e à Nossa Senhora, por não haver constatação nos textos bíblicos de que essas práticas devam ocorrer. Ao procurar seguir um cristianismo mais literal, excluindo diversos símbolos sacros da igreja católica, e mais precisamente o princípio feminino, os protestantes podem entrar em contato mais direto com suas experiências religiosas, ganhando uma capacidade maior de autocrítica, porém, ficam sem a segurança dos símbolos que funcionam como amenizadores das tensões inconscientes. Com a falta de representação de um conteúdo arquetípico, as energias são realocadas e podem ser canalizadas para outras práticas mais agressivas. Os povos guerreiros da antiguidade atestam que ao negligenciarem o princípio feminino, caminharam para uma estrutura de organização social mais mecanizada, hierarquizada e voltada para sentimentos de dominância, de subjugação dos mais fracos.

Esta monografia centrou-se na posição ocupada pela divindade feminina no catolicismo, porém, verifica-se a necessidade de maiores estudos acerca das consequências psicológicas de uma religião que abandonou a prática de devoção à Grande Mãe. Desta maneira, propõe-se uma reflexão para futuras pesquisas acerca da orfandade materna divina dentro de outras religiões cristãs, tais como o protestantismo e as novas e crescentes denominações evangélicas.

Para este trabalho de levantamento bibliográfico foi encontrado um vasto campo de material referente à figura da deusa, que descreve suas principais características e funções nas organizações sociais. Entretanto, observou-se que os materiais direcionados ao estudo da figura de Nossa Senhora, sob uma perspectiva psicológica, são mais escassos. Os trabalhos marianos

encontrados estão, em sua grande maioria, pautados nas argumentações teológicas da própria religião católica. É correto afirmar que para uma maior efetividade do emprego científico, deve-se analisar o fenômeno religioso a partir da interação entre os diversos saberes e, sob este aspecto, sugiro maiores empenhos da área acadêmica, tanto do campo da saúde mental, quanto das ciências humanas, para o desenvolvimento de pesquisas sobre essa divindade feminina tão representativa no mundo.

Outro fator observado foi a falta de pesquisas de religião comparada entre o catolicismo e as igrejas evangélicas, em torno da personagem Maria. É importante dizer que não me refiro a um estudo de valores ou que pretenda hierarquizar a fé entre os seguidores dessas duas religiões, mas que se se elabore uma pesquisa qualitativa e quantitativa com entrevistas semidirigidas a esses dois grupos de devotos, a fim de caracterizar o perfil de cada um e compreender os motivos que os aproximam, ou afastam da Virgem Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAINEY, G. *Uma breve história do cristianismo*. São Paulo: Fundamento, 2012.
- BOFF, L. *O rosto materno de Deus: ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes; 1983.
- CAMPBELL, J. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 2012.
- CAMPBELL, J. *Tu és Isso: Transformando a Metáfora Religiosa*. São Paulo: Madras, 2003.
- CHAUÍ, M. *Convite a filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.
- CIPOLINI, P. C. *A devoção mariana no Brasil*. Teocomunicação. 2010; 40(1):36-43.
- DALGARRONDO, P. *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- EISLER, R. *O cálice e a espada: nossa história, nosso futuro*. Rio de Janeiro: Palas Athena, 2008.
- JUNG, C.G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, C. G. *Psicologia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GONTIJO, E. R. C. *Filhos de Maria: uma devoção masculina em torno à reza do terço*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 17 a 18. 2011.
- LOBO, S. *As condições de surgimento da Mãe Suficientemente Boa*. Revista Brasileira de Psicanálise. 2008; 42(4):67-74.
- SILVEIRA, N. *Jung, vida e obra*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2007.
- ROCHA, J.M. *O culto a Maria: uma criação do papado*. Parousia. 2005; 1(1):53-62.
- TOMITA, L. *Maria e o arquétipo da Grande-Deusa: uma leitura na perspectiva de gênero*. Revista de Cultura Teológica. 1996; 4(17):57-68.